



Relatório com os resultados dos trabalhos da 6ª Conferência Nacional das Cidades – etapa municipal de Belo Horizonte – MG

Este relatório consolida as propostas debatidas, votadas e aprovadas em cada um dos 05 (cinco) Eixos Temáticos de trabalho da 6ª Conferência das Cidades.

A Conferência

A 6ª Conferência Nacional das Cidades – etapa municipal de Belo Horizonte foi realizada nos dias 13 e 30 de abril e 21 de maio do ano de 2016 conforme programação previamente divulgada, debatida e aprovada junto aos participantes. Destaca-se que por duas ocasiões, atendendo democraticamente às solicitações de alteração de cronograma de iniciativa dos participantes, o calendário da Conferência sofreu alterações.

Datas importantes da realização do evento:

Convocação da Conferência: 20/02/2016 – via publicação da Portaria SMAPU 001/2016 no diário Oficial do Município.

Divulgação da Conferência no Conselho Municipal de Política Urbana – Compur: 25/02/2016

Aprovação da concepção da Comissão Preparatória no Compur: 25/02/2016

Constituição da Comissão Preparatória: 09/03/2016 – via publicação da Portaria SMAPU 002/2016 no diário Oficial do Município.

Abertura da Conferência: 13/04/2016 – Palestra "*Função Social da Cidade e da Propriedade*" com a Prof. Dr. Raquel Garcia Gonçalves, professora da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais.

1º dia de Conferência (2h de trabalho): 13/04/2016 – Leitura e aprovação do Regimento e organização dos grupos de trabalho temáticos.

2º dia de Conferência (5h de trabalho): 30/04/2016 – Debate dos temas da Conferência e consolidação das propostas temáticas para votação na plenária final.

3º dia de Conferência (5h de trabalho): 21/05/2016 – Votação das propostas para a etapa estadual e eleição dos delegados representantes de Belo Horizonte na sequência da 6ª Conferência das Cidades.





Propostas aprovadas nos Eixos Temáticos

Conforme definido no Art. 8º do Regimento da Conferência, foram estabelecidos 05 (cinco) eixos temáticos para desenvolvimento dos trabalhos. Ao final do 2º dia de Conferência, conforme debatido, votado e aprovado em cada Eixo Temático, foram consolidadas as seguintes propostas a serem debatidas na plenária final:

Eixo 1 – Assentamentos Informais e Habitação de Interesse Social: a moradia enquanto direito e condição para o cumprimento da função social da cidade.

Nº	Propostas aprovadas
1	Que as terras dos municípios sejam destinadas a entidades cadastradas ou habilitadas no Ministério das Cidades e as demais tenham o aval do Conselho de Habitação para verificar a possibilidade de venda ou não.
2	Que o Estado, Região Metropolitana, município criem e divulguem um banco de terras e destine as terras ociosas existentes nas cidades para fins de habitação de interesse social e/ou vinculadas ao Minha Casa Minha Vida Entidades.
3	Direito à cidade, Moradia digna e ampliação do Bolsa Moradia definitiva para o morador de rua, pois alguns albergues são depósitos de seres humanos.
4	Urbanizar e implantar infraestrutura e equipamentos públicos nos terrenos das ocupações de BH e região metropolitana considerando-se que, em vários desses, já foi aprovada a mudança de sobrezoneamento na 4ª. Conferência de Política Urbana (ex: Eliana Silva, Dandara, Irmã Dorothy, Camilo Torres).
5	Destinar para habitação os imóveis ociosos há mais de três anos de propriedade da União, Estados e municípios, assim como os imóveis privados, havendo a possibilidade de transformá-los em Habitação de Interesse Social em todas as regiões dos municípios.

Eixo 2 – Espaços Públicos e Mobilidade: espaços públicos de qualidade para a construção de uma cidade para as pessoas.

Nº	Propostas aprovadas
1	Permitir no centro urbano das cidades apenas a circulação de transportes ativos, coletivos e pedestres (não entrar carros). Nestes locais a carga e descarga deverá acontecer em horários alternativos.
2	Estimular e promover a construção de áreas de estacionamento de bicicletas (bicicletários), considerando prédios públicos, espaços públicos, estações de metrô e ônibus, e espaços privados.
3	Priorizar o sistema de transporte coletivo metroferroviário e rodoviário, considerando a ampliação de faixas e vias exclusivas para ônibus, incluindo no planejamento a priorização do pedestre, o sistema de baixa capacidade e transportes ativos.
4	Estabelecer que os fiscais dos municípios tenham 2 (dois) assentos nos conselhos municipais de política urbana das cidades, escolhidos em assembleia setorial.
5	Responsabilidade compartilhada das calçadas pelo poder público e munícipe proprietário do lote lindeiro, estas responsabilidades são: Proprietário – construção e manutenção de danos causados por ele mesmo. Concessionárias e terceiros – responsáveis por danos causados por eles mesmos. Poder público – manutenção periódica pelos danos causados pelo tempo e espécimes arbóreos





Eixo 3 – Desenvolvimento Econômico: caminhos para a descentralização e distribuição adequada das atividades no território.

Nº	Propostas aprovadas
1	Utilizar e fomentar a redução tributária como incentivo fiscal nas centralidades, privilegiando o comércio local, bem como as empresas que promovam a contratação de mão-de-obra local e qualificação da mão de obra em geral.
2	Qualificação de projetos arquitetônicos buscando o atendimento à demanda por residências, comércio e serviços, com ênfase na utilização de recursos naturais de forma sustentável e na reciclagem.

Eixo 4 - Gestão Democrática: a participação social na construção de cidades democráticas e inclusivas.

Nº	Propostas aprovadas
1	Pensar na situação dos moradores em situação de rua, como população vulnerável na perspectiva da desigualdade social, com destaque para a criação de um “Comitê Intersetorial” para discutir as questões relativas a esta população em todos os municípios em que haja pessoas em situação de rua, nos termos estabelecidos pela política nacional, e abrangendo debate sobre a criação de espaço legal para trabalhadores ambulantes de rua e garantindo a gratuidade do transporte urbano para a população em situação de rua.
2	Divulgação das Conferências em todas as mídias, principalmente rádio e televisão.
3	Garantir a acomodação dos delegados nas conferências estaduais, para todos os eixos. Incluir alimentação nos eventos.
4	A) Fortalecimento e incremento das políticas públicas intersetoriais, envolvendo todos os conselhos; B) Criação de conselhos regionais na questão urbana, a exemplo dos conselhos das áreas sociais.
5	Que sejam garantidas as cadeiras municipal, estadual e federal de mulheres na política. Investimento obrigatório do partido nestas candidaturas. Se não for preenchida a vaga, que fique vazia.

Eixo 5 – Justiça Social na Apropriação da Cidade: estratégias para a redução da desigualdade sócio espacial e a construção de cidades socialmente justas.

Nº	Propostas aprovadas
1	Implementação de um Sistema Nacional de Políticas Urbanas. Sistema contemplando conselho, fundo, gestão democrática.
2	Incluir e regulamentar na Portaria 412 do Programa MCMV o art. 4º da regulamentação anterior referente à priorização da população de rua, a serem indicadas pelas entidades que organizam a população de rua.
3	Incluir e regulamentar o art. 4 na Portaria 412 do Programa MCMV sobre a priorização da população de rua, indicada pelas entidades que organizam a população de rua.
4	A) Instalação de banheiros públicos, acessíveis e gratuitos em todas as regiões das cidades; B) Construir banheiros públicos (24h) para a população em geral, de uso de todos, inclusive para população de rua (Tarcísio; C) Gratuidade do transporte urbano para a população em situação de rua.
5	Retomada do OPH no município de BH e sejam implementados nacionalmente.





Propostas Aprovadas pela Plenária Final

Ao final do 3º dia de Conferência as propostas anteriormente consolidadas foram apresentadas e colocadas em votação para escolha de 01 (uma) proposta por Eixo Temático a ser encaminhada à etapa Estadual da Conferência das Cidades. As propostas aprovadas foram:

Nº do EIXO	Propostas Aprovadas
1	Garantir que União, Estados e Municípios criem e divulguem um banco de terras, destinando para habitação de interesse social, os imóveis ociosos de propriedade dos três entes federativos, assim como os imóveis privados que não cumprem a sua função social, determinando, por lei, que todas as vendas de imóveis públicos tenham o aval dos conselhos de habitação, garantindo a priorização de recursos para urbanização, infraestrutura e equipamentos públicos nas ocupações urbanas, vilas e favelas.
2	Priorizar o sistema do transporte coletivo e transporte ativo (não motorizado) através da garantia e promoção da construção de bicicletários, considerando prédios e espaços públicos, estações de metrô e ônibus e espaços privados. Estímulo e priorização da criação de faixas exclusivas para ônibus, bem como sistemas metroferroviários, incluindo no planejamento a priorização do pedestre nos transportes ativos no sistema de baixa capacidade. Inclusão das calçadas tendo como princípio a responsabilidade compartilhada entre o poder público e o proprietário do imóvel ou lote lindeiro de forma equânime, idêntico ao tratamento dado às vias uma vez que ambas fazem parte do sistema viário. Deve-se considerar também que em todas as cidades onde haja conselhos referentes à Mobilidade Urbana os Fiscais Municipais de Atividades Urbanas tenham assento fixo nos mesmos.
3	Utilizar e fomentar a redução tributária como incentivo fiscal nas centralidades, privilegiando o comércio local, bem como as empresas que promovam a contratação de mão-de-obra local e qualificação da mão de obra em geral, garantindo a qualificação dos projetos arquitetônicos buscando o atendimento à demanda por residências, comércio e serviços, com ênfase na utilização de recursos naturais de forma sustentável e na reciclagem.
4	Fortalecer e incrementar as políticas públicas intersetoriais, envolvendo todos os conselhos, com a criação de conselhos regionais na questão urbana, a exemplo dos conselhos das áreas sociais e garantir para as pessoas em situação de rua, como população vulnerável na perspectiva da desigualdade social, a criação de um “Comitê Intersetorial” para discutir as questões relativas a esta população em todos os municípios, nos termos estabelecidos pela política nacional, priorizando a instalação de banheiros públicos acessíveis e gratuitos em todas as regiões das cidades, assegurando a gratuidade do transporte urbano e abrangendo debate sobre a criação de espaço legal de trabalho para a população em situação de rua e para trabalhadores e trabalhadoras ambulantes.
5	Implementação de um Sistema Nacional de Políticas Urbanas, contemplando Conselhos, Orçamento Participativo da Habitação – OPH, Fundos, e políticas de Gestão Democrática, criando instrumentos que obriguem os municípios a regulamentar a Lei do Sistema Nacional de Habitação (Lei Federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005); incluindo e regulamentando o artigo 4º da





Portaria 412 do Programa Minha Casa Minha Vida, referente à priorização das pessoas em situação de rua, com indicação pelas entidades que a representam.

Recomendações ao Executivo Municipal

A partir da solicitação dos participantes da Conferência conforme debatido durante a aprovação do Regimento e ratificado no §3º do seu artigo 9º, também foi composta uma listagem de propostas a serem dirigidas ao Executivo Municipal em caráter de recomendação. As recomendações discutidas, conforme Eixo Temático foram:

Eixo 1 – Assentamentos Informais e Habitação de Interesse Social: a moradia enquanto direito e condição para o cumprimento da função social da cidade.

Nº	Recomendações
01	Urbanização dos assentamentos irregulares que já estão em fase de consolidação, como por exemplo, a ocupação Eliana Silva.
	Implantar infraestrutura e equipamentos públicos nas ocupações existentes em Belo Horizonte e região metropolitana.
	Levantamento e visibilidade dos assentamentos precários (ocupação) na RMBH, como existem em São Paulo (HABISP).
	Que o Município e o Estado sempre realizem negociações com as ocupações organizadas e não tenha desocupação forçada.
02	Criação do conselho da cidade de Belo Horizonte, conforme deliberações do CONCIDADES.
	A conferência das cidades deve ser construída com a participação dos movimentos populares.
	Que as conferências municipais e estaduais tenham sempre representação dos movimentos populares na mesa de coordenação e na produção de materiais para que o próprio movimento possa fazer suas avaliações e demandas.
	Ser criado o conselho municipal das cidades (efetivar sua criação conforme aprovado na 5ª Conferência das Cidades).
03	Eleger o conselho municipal das cidades na próxima etapa que elegerá os delegados.
	A prefeitura e região metropolitana deverão criar / divulgar um banco de terras e imóveis não utilizados ou subutilizados para fins de habitação de interesse social.
04	Que as terras dos municípios sejam destinadas a entidades cadastradas ou habilitadas no Ministério das Cidades e as demais tenham o aval do Conselho Municipal de Habitação para verificar a possibilidade de venda ou não.
05	Garantir a destinação de apartamentos e imóveis vazios dos conjuntos (principalmente os mais antigos), inclusive da área central, para a população de baixa renda e habitação de interesse social, maior acompanhamento para as obras feitas de maneira inadequada se tornando um problema de risco e violência.
06	Que seja criado o sistema municipal de desenvolvimento urbano em Belo Horizonte através da participação da sociedade civil.
07	Implementação de dispositivos da lei de assistência técnica.
08	Garantia de reassentamento de famílias removidas em regime de coabitação.
09	Garantia de reassentamento sem pagamento de contrapartida para famílias removidas de área de risco que preencham os requisitos da lei 7.597/98, mediante revisão do decreto de reassentamento em área de risco.
09	Ampliação do direito à cidade e ao Bolsa Moradia e moradia digna definitiva para o morador de rua, pois o





	albergue Tia Branca é um depósito de seres humanos.
10	Prover os espaços públicos de banheiros públicos.
11	Melhorar as condições de segurança nos albergues municipais.
12	Formar um grupo de todos os conselhos representando as 9 regionais para que os trabalhos pelas políticas públicas não fiquem segmentados.
13	Aprovar/formalizar uma crítica à PBH pela construção autoritária desta conferência não dando espaço aos movimentos populares na sua criação.
14	Aprovar moção de repúdio para não aprovação do PL 1.829/2016 na CMBH.
15	Recomendação para paralisação imediata de remoções forçadas em quaisquer políticas do município.
16	Criação de novos centros urbanos com infraestrutura básica, serviços e equipamentos públicos de qualidade.
17	A PBH, ao invés de leiloar terrenos, deve destiná-los para construção da moradia popular em parceria com os movimentos, por exemplo, o MCMV entidades.
18	A PBH deve retornar sua política de habitação de interesse social com recursos próprios como complemento de outras políticas habitacionais do estado e do governo federal.
19	Destinar o bolsa moradia para pagar o passivo do OPH.
20	Encontrar meios para que a prefeitura e a URBEL tenham autonomia jurídica para agir diante de ocupação irregular nos conjuntos habitacionais conquistados pelas famílias dos núcleos de moradia.
21	Que todos os transportes públicos sejam municipalizados e de interesse social retirando monopólio da iniciativa privada, e que a BHTRANS seja regida por um conselho de usuários e deliberativo.
22	Implantar todos os equipamentos públicos necessários nos empreendimentos habitacionais de interesse social conforme legislação do MCMV.
23	Que a PBH estimule a criação de consórcio metropolitano, com o objetivo de garantir ampliação de habitação de interesse social.
	Promover política metropolitana de provisão de terra para habitação de interesse social.

Eixo 2 – Espaços Públicos e Mobilidade: espaços públicos de qualidade para a construção de uma cidade para as pessoas.

Nº	Recomendações
01	Propor alternativas para a circulação dos veículos de tração animal nas vias públicas.
02	Estabelecer que os fiscais integrados do município tenham 2 (dois) assentos no conselho municipal de política urbana de Belo Horizonte escolhidos em assembleia setorial.
03	Verificar a possibilidade de retorno de mão dupla na Rua Niquelina, após a Rua Santa Luzia, no bairro Santa Efigênia de modo a diminuir o estrangulamento na circulação dos veículos na Av. dos Andradas.
04	Analisar as questões de afunilamento no trânsito na região da rodoviária de Belo Horizonte e melhorar a qualidade do acesso dos pedestres visto que eles preferem desembarcar antes de chegar ao próximo ponto de desembarque.
05	Utilizar os espaços dos prédios públicos para a implantação de bicicletário.
06	Ampliar o horário de funcionamento do metrô, se possível 24 horas por dia.
07	Implantar sistema de metrô na região do Barreiro.
08	Ampliar a fiscalização da operação oxigênio para todos os veículos automotores.
09	Que todos os transportes públicos sejam municipalizados e de interesse social, retirando o monopólio da iniciativa privada e que a BHTRANS seja regida por um conselho deliberativo paritário.
10	Que seja vetada pelo prefeito a lei de exclusão dos trocadores nos coletivos da cidade, uma vez que impactará na mobilidade e na segurança do transporte público da cidade.





11	Restringir o estacionamento em vias locais com escolas, tornando-as de mão única.
12	Alterar o sentido da circulação dos veículos dentro dos bairros com objetivo de melhorar e priorizar a circulação do transporte coletivo.
13	Diminuir os intervalos entre viagens nas estações de metrô e de ônibus.
14	Implantar banheiros públicos gratuitos.

Eixo 3 – Desenvolvimento Econômico: caminhos para a descentralização e distribuição adequada das atividades no território.

Nº	Recomendação
01	Balanço do que ficou definido nas últimas Conferências Nacionais das Cidades, explicitando o que foi implantado e que não foi implantado no âmbito municipal.

Eixo 4 - Gestão Democrática: a participação social na construção de cidades democráticas e inclusivas.

Nº	Recomendações
01	Fazer um cadastramento e mapeamento dos atores sociais do município (abrangendo os membros dos diversos conselhos municipais, orçamento participativo e organizações civis), para promover a articulação entre estes e o município, melhorando o controle social.
02	A) Criar uma Plataforma online de participação durante as Conferências. (Milena); b) No nosso sistema de governo, o que chamamos de democracia, quem está no poder, não é o povo e sim seus representantes. O poder não esteja nas mãos desses representantes, mas sim que o poder esteja nas nossas mãos, através de plataforma digital, onde todos possam opinar, inclusive o município.
03	A) Fortalecimento e incremento das políticas públicas intersetoriais, envolvendo todos os conselhos (Rui); b) Criação de conselhos regionais na questão urbana, a exemplo dos conselhos das áreas sociais.
04	Que sejam garantidas as cadeiras municipal, estadual e federal de mulheres na política. Investimento obrigatório do partido nestas candidaturas. Se não for preenchida a vaga, que fique vazia.
05	Construir banheiros públicos (24h) para a população em geral, de uso de todos, inclusive para a população de rua.
06	Criação de conselhos regionais na questão urbana, a exemplo dos conselhos das áreas sociais.
07	Revitalizar o Ribeirão Arrudas.
08	Que a PBH cumpra as determinações e regras dos conselhos e comitês municipais, principalmente o comitê de políticas voltadas para a população em situação de rua, de forma todas as políticas relativas a esta população efetivamente passem por este comitê.
09	Ampliação do Orçamento Participativo para permitir mais direcionamento da população nas verbas públicas.
10	Recomendar a PBH que cumpra e efetive as conquistas do Orçamento Participativo Regional e de Habitação, destacando que as conquistas da população em situação de rua e de moradia, não foram cumpridas.

Eixo 5 – Justiça Social na Apropriação da Cidade: estratégias para a redução da desigualdade sócio espacial e a construção de cidades socialmente justas.

Nº	Recomendações
01	Territorialização: que aconteça tomando-se como referências as bacias e sub-bacias hidrográficas. Respeito ao meio ambiente, no sentido ampliado do meio ambiente.





02	Planejamento que seja efetivamente participativo e aconteça das periferias e áreas críticas de risco para as áreas de maior poder aquisitivo.
03	A) Construção de cidades socialmente justas compreende a participação da sociedade através de grupos de interesse de moradia, saúde, educação, transporte, cultura e lazer com participação direta na política pública. B) Que o direito à propriedade seja considerado a partir da justiça social, eliminando a segregação socioespacial, concentrada nas áreas de maior vulnerabilidade social priorizando os principais serviços para esta população.
04	Incentivo para a promoção e melhor qualidade de vida, favorecendo a urbanização e o transporte.
05	Levar mais informação e dar mais possibilidade de ação para os conselhos e associações de bairro.
06	Elaborar Estatuto da meia idade (29 a 59 anos); B) Favorecer a questão da mulher (saúde, educação, moradia, transporte); C) Sobre movimento social, mulher guerreira. Garantir o respeito ao documento. Unir moradia, educação, saúde, atenção à criança.
07	Obrigatoriedade da aplicação dos instrumentos IPTU progressivo, parcelamento, ocupação e uso do solo e desapropriação a nível federal, para todos os municípios onde incorra o plano diretor, sendo os terrenos obtidos pela desapropriação utilizados exclusivamente para habitação de interesse social.
08	Retomada dos programas locais de habitação de interesse social, baseados na revitalização dos centros e no projeto colaborativo entre entidades e técnicos.
09	Implantar corrimões em toda e qualquer área de risco, transformada em lei
10	Alimentação na conferência e eventos deste tipo, transformada em lei
11	A) A cidade informal ou cidade ilegal do ponto de vista de estruturação social conta com a aguda questão de acesso a bens sem ter acesso ao poder político e econômico. Propomos a participação jurídica venha fortalecer a participação popular no sentido de esclarecer os motivos das lutas populares justas não serem atendidas, a partir do que se espera da gestão democrática construída pelos movimentos sociais. B) Construir banheiros públicos (24h) para a população em geral, de uso de todos, inclusive para população de rua.
12	A) Aproveitamento pelo poder executivo em forma de lei, com data para ingresso em vigor, das áreas e prédios públicos que estejam vazios ou subutilizados, a mais de 10 anos destinando-os às pessoas de baixa renda, em situação de vulnerabilidade, que não possuem moradia. B) Imóveis ociosos sem função social sejam destinados a política de Habitação das Cidades especificamente as famílias de baixa renda.
13	Política de acesso ao espaço público da cidade.
14	Assembleias Populares: equipe técnica com assessoria técnica permanente de profissionais num processo efetivo de apropriação e acesso ao espaço público.
15	Implementação concreta do Estatuto da Cidade, a partir de Legislação e Estruturação específicas.
16	Mobilização: Divulgação ampla nos bairros, para que todos os agentes tenham acesso.
17	Criar uma política de Habitação para casas com risco construtivo. O poder executivo não deve priorizar só as ZEIS, mas também essas áreas. E o poder executivo deve assumir esta responsabilidade.
18	Revitalizar o Ribeirão Arrudas.
19	Que a mata do Planalto se transforme em uma APP.
20	Terceiro setor através de PPP através de grupos colegiados possam participar ativamente da requalificação dos espaços e equipamentos públicos.
21	Pensar uma releitura das políticas públicas que atendam as pessoas que moram nas proximidades dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).
22	Regulamentação do IPTU Progressivo.
23	Que a prefeitura seja impedida de fazer doação para a PBH Ativos, sem a devida transparência.
24	Que o papel da PBH Ativos com relação às PPP's seja discutido com os movimentos populares em assembleia específica ou a partir do Conselho Municipal de Habitação.





25	Instalação de banheiros públicos, acessíveis e gratuitos em todas as regiões da cidade.
26	Gratuidade do transporte urbano para a população em situação de rua.
27	Criar uma política de Habitação para casas com risco construtivo. O poder executivo não deve priorizar só as ZEIS, mas também essas áreas. E o poder executivo deve assumir esta responsabilidade.

Delegados Eleitos na etapa municipal de Belo Horizonte

De acordo com os critérios estabelecidos no Regimento da 6ª Conferência das Cidades de Minas Gerais a representação da cidade de Belo Horizonte é composta por até 135 delegados, distribuídos por segmento, conforme a seguinte composição:

Segmento	Quantidade de Delegados	Forma de Seleção
Executivo	38	Indicação
Legislativo	19	Indicação
Movimentos Populares	36	Eleição
Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e Conselhos Profissionais	10	Eleição
Entidades Sindicais	13	Eleição
ONGs	06	Eleição
Empresários	13	Eleição

Os delegados de Belo Horizonte, a exceção dos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, foram eleitos no 3º dia de Conferência. Conforme estabelecido no Regimento, foram eleitos os delegados titulares e os suplentes. Os delegados eleitos são:

Titular	Suplente	Segmento
LOURDES MARIA RODRIGUES DE AGUIAR	-	Empresários
PAULO EMÍLIO SIMÕES	-	Empresários
RENATO FERREIRA MACHADO MICHEL	-	Empresários
ILDEU PEREIRA DE ANDRADE	-	Entidades Sindicais
JACQUELINE MALTÊZ CAMPOS GODOY	-	Entidades Sindicais
PLÍNIO MARCOS GOMES DO NASCIMENTO	-	Entidades Sindicais
RUI MOREIRA	-	Entidades Sindicais
MARIA CRISTINA SILVA	-	Entidades Sindicais
JACKSON ROBERTO PEREIRA COSTA	-	Entidades Sindicais
CLAUDIO ANDRADE DA COSTA	-	ONGs
GUILHERME LARA CAMARGOS TAMPIERI	-	ONGs
LUZIA APARECIDA ANTUNES DE SOUSA	-	ONGs





ELERSON DA SILVA	-	ONGs
LEONÁRIO ROSA DA SILVA FELIX	CARLOS ROBERTO ALVES REZENDE	ONGs
ELISEU GABRIEL DA SILVA	MAURÍLIO PEREIRA	ONGs
SANDRA ROSA DA SILVA	MARINA ROSA ALMEIDA	Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais
JOSÉ CARLOS MOURA	-	Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais
CLEUSA MARIA DE FÁTIMA NASCIMENTO	-	Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais
JÚNIA ROMAN CARVALHO	-	Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais
ROSILENE GUEDES SOUZA	-	Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais
ROSANA DE SOUZA	GENI LOURENÇO DA SILVA	Movimentos Populares
BRUNO VIEIRA DE ANDRADE	-	Movimentos Populares
MARIA ELCI DOS SANTOS ALVES	-	Movimentos Populares
IRENE LOPES BITENCOURT	ROSA DO MENINO JESUS	Movimentos Populares
GUSTAVO ALEXANDRO FRANÇA	MARIA ELAINE DA SILVA DUTRA	Movimentos Populares
NEIDE VIDAL DA COSTA	LORRAYNE ANTONIELLE	Movimentos Populares
CELY CRISTINA DA COSTA SILVA	EDNEY ALBERTO CASSIANO	Movimentos Populares
GISLENE GONÇALVES DOS REIS	LUIZ CARLOS FERREIRA	Movimentos Populares
JOSUÉ GONÇALVES PENA	ELAINE MACEDO DE SALES	Movimentos Populares
AUREA ALCANTARA SILVA FIRMINO	JANAINA APARECIDA COSTA	Movimentos Populares
EULANE FERNANDES MURÇA	-	Movimentos Populares
DANIEL SANTOS DA CRUZ	LASARO SEVERIANO BATISTA	Movimentos Populares
MARIA DA GLORIA JOSÉ MONTEIRO	VÂNIA DE FÁTIMA FERREIRA	Movimentos Populares
HENRIQUE JUNIO DE SOUZA	EMERSON DOUGLAS SILVA LIMA	Movimentos Populares
JANAINA DIAS DA SILVA	EDSON WILLIAM DE SOUZA	Movimentos Populares
ANA CRISTINA DA SILVA	ANTÔNIO SILVESTRE DA SILVA	Movimentos Populares
ROSITA KENIA PEREIRA	SANDRO ALBERTO CABRAL DE MEDEIROS	Movimentos Populares
ANDREIA GONÇALVES DOS REIS	HELENA MAXIMIANO DOS SANTOS VIEIRA	Movimentos Populares
RENATA APARECIDA DA SILVA	DEVANI ANDRÉ MOREIRA	Movimentos Populares
CLEONICE FERREIRA COUTO DA SILVA	CLEBER RICARDO BATISTA	Movimentos Populares





WANDER FELIPE PEREIRA	MONIQUE DE SOUZA	Movimentos Populares
HELENA GERALDA FERNANDES NEVES	GERALDO SOARES DA SILVA	Movimentos Populares
ELDIR DIAS COSTA	LUDMILA DIAS DE SOUZA	Movimentos Populares
ROSEMARY LUZIA DE SOUZA	ANTONIO BATISTA MADALENA	Movimentos Populares
ONOFRE MAIA DE SOUZA	CARLA APARECIDA DOS SANTOS	Movimentos Populares
MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA FERREIRA	HERCÍLIA BARBOSA DOS SANTOS ALVES	Movimentos Populares
VICENTINA APARECIDA	TERESINHA DE ASSIS SILVA	Movimentos Populares
CARLA SILVA FARIA	BENEDITA DIAS DOS SANTOS SOUZA	Movimentos Populares
ANA CAROLINA TEIXEIRA DE ALMEIDA	CARLOS FERREIRA DOS SANTOS	Movimentos Populares
MARCELO ANTONIO RODRIGUES	CORNÉLIA DE SOUZA PIMENTA	Movimentos Populares
JOAQUIM CALIXTO FILHO	-	Movimentos Populares
POLIANA DE SOUZA PEREIRA INACIO	BARTIRA OLIVEIRA DIAS	Movimentos Populares
LEONARDO PÉRICLES VIEIRA ROQUE	ALEXANDRA SANTOS DE ASSIS	Movimentos Populares
ANTÔNIO CRESCÊNCIO QUADROS	NILDA GERALDA TEIXEIRA VIEIRA	Movimentos Populares
IRIS DE SOUZA ALMEIDA	MARIA DE FÁTIMA BASTOS	Movimentos Populares
MARIA FERREIRA ROSALVO	EUNICE DE SOUZA ARRUDA	Movimentos Populares

Este documento foi lido e aprovado pelos participantes da 6ª Conferência Nacional das Cidades – etapa municipal de Belo Horizonte em 21 de maio de 2016.

Belo Horizonte, Minas gerais.

